

PROFESSORES DO LICEU DE GOIÁS (1847 – 1920): CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DAS APROPRIAÇÕES DA MATEMÁTICA ESCOLAR

Luiz Carlos Pais

Viviane Barros Maciel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: O presente artigo busca mostrar que conhecer os docentes que ensinam matemática pode revelar um campo rico para se entender como os saberes matemáticos são apropriados em determinado tempo e espaço consolidando representações sobre a escola e o ensino da matemática escolar. Este estudo é parte de uma pesquisa de mestrado, recentemente concluída, que buscou analisar dinâmicas de circulação e apropriações da matemática escolar no Brasil, nas relações que articulam o ensino secundário do Liceu de Goiás e do Colégio Pedro II, no período compreendido entre 1856 e 1918. Para tanto foi necessário o aporte teórico-metodológico de autores como: André Chervel e sua reflexão sobre o papel do docente no ensino, Roger Chartier e Demerval Saviani que apresentam a noção de apropriação e Marc Bloch que destaca a importância do homem para a história. Neste artigo, um destaque foi dado a três professores do Liceu de Goiás: o italiano e médico Vicente Moretti Foggia, que aposentou-se em 1868, após 21 anos de serviços prestados como professor, o engenheiro Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, que permaneceu nesta instituição por 10 anos, se exonerando em 1886 e o agrimensor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, professor vitalício desde 1907 até 1920. As análises indicam que, por mais que leis, reformas e programas de ensino prescrevam conteúdos a ensinar e livros e métodos a adotar, o ensino de matemática é resultado dos usos e das interpretações que professores fazem das finalidades que são impostas à escola.

Palavras-chave: História da Educação Matemática. História da Matemática Escolar. Professores do Liceu de Goiás. Apropriações da Matemática Escolar.

Considerações iniciais

Assim como é importante que professores que ensinam matemática conheçam a história da educação desta disciplina de forma que esta contribua com a transformação de sua prática pedagógica tornando-a, dessa forma, mais significativa, conforme Valente (2010), também o estudo destes e da trajetória seguida por eles, oferece um campo rico para se estudar como estes saberes são apropriados em determinado tempo e espaço, dando sentido à escola e ao ensino da matemática escolar.

Na pesquisa de mestrado, recentemente concluída, buscamos analisar de que forma a circulação de saberes matemáticos se efetua no espaço e tempo da história que relaciona o

ensino secundário do Liceu de Goiás e do Colégio Pedro II, e ao mesmo tempo, identificar e pesquisar sobre os principais professores ocupantes da cadeira de matemática, de modo a contribuir com o estudo das apropriações destes saberes.

Segundo Roger Chartier (1990), a noção de *apropriação* se encontra no centro da história cultural e está ligada à construção da história referente aos usos e às formas de interpretação das práticas que os elaboram. Assim, para entender esta noção no contexto do liceu goiano é preciso atentar aos métodos e processos utilizados pelos professores. De forma que mesmo um simples detalhe não seja descartado, pois de acordo com este autor, devemos tentar fazer não só a história do que é global e das generalidades, nem mesmo ficarmos presos a uma micro-história, regional, local, mas nos desafiar a escrever a história das discontinuidades, das variações, das articulações, das aculturações, ou seja, da *história glocal*, conforme Valente (2010).

Neste cenário, das diferenças e distanciamentos que articulam o ensino secundário do Liceu de Goiás e Colégio Pedro II, observa-se de um lado, respectivamente, a primeira instituição pública de ensino secundário da Província de Goiás, que considerava como modelo o Colégio Pedro II instalado na Capital do Império, Rio de Janeiro. E de outro, o Colégio Pedro II, uma instituição modelo que colocava a dispor aos ensinos secundários de todo o país, programas de ensino a serem cumpridos, livros a adotar, esperando que os demais secundários, como é o caso do Liceu goiano, viessem a colocá-los em uso.

Desse modo, a noção de apropriação nos faz questionar de que forma professores do Liceu de Goiás interpretavam “indicações” de conteúdos matemáticos a ensinar e livros a adotar presentes nas reformas de ensino e em programas de ensino do Colégio Pedro II? Assim, neste artigo queremos mostrar que conhecer quem foram os principais professores e a trajetória de cada um deles na instituição, no período compreendido entre 1847 a 1918 é capaz de revelar representações sobre a escola e o ensino da matemática escolar neste período.

A importância do docente no estudo das apropriações da matemática escolar

Chervel (1990), que reflete sobre a história das disciplinas escolares, afirma ser o professor a pessoa que vai transformar as finalidades que são impostas à escola em ensino. Para o autor, as finalidades impostas à escola por meio de leis, decretos, de programas de ensino, de estatutos, nem sempre aparecem de forma explícita e clara nestes textos e, mesmo assim, novos ensinos “introduzem-se nas classes sem serem explicitamente formulados” (CHERVEL, 1990, p.189). Desse modo, é preciso questionar sempre qual finalidade está por

trás do ensino de determinado conteúdo que, para este autor, é apenas um caminho para o alcance de uma finalidade dentre aquelas que são impostas à escola.

É na transformação das finalidades em ensino que o autor destaca a figura do professor. Segundo ele,

No coração do processo que transforma as finalidades em ensino, há a pessoa do docente. Apesar da dimensão “sociológica” do fenômeno disciplinar, é preciso que nos voltemos um instante em direção ao indivíduo: como as finalidades lhes são reveladas? Como ele toma consciência ou conhecimento delas? E, sobretudo, cada docente deve refazer por sua conta todo caminho e todo trabalho intelectual que levam às finalidades ao ensino? Um sistema educacional não é dedicado, de fato, à infinita diversidade dos ensinamentos, cada um trazendo a cada instante sua própria resposta aos problemas colocados pelas finalidades? (CHERVEL, 1990, p.1991)

Mesmo que leis e regras sejam impostas ao ensino, é o professor que vai efetuar a “dosagem” da incorporação destas a sua prática pedagógica. Assim, o professor, como sujeito histórico com suas concepções, irá interpretá-las e por meio da interação dele com um grupo de alunos, pode ir “subrepticamente” (CHERVEL, 1990) provocando a aculturação destes. Desse modo, cautelosa e indiretamente contribui com a criação e/ou inovação das disciplinas escolares, algo que leva tempo para acontecer, uma vez que é fruto de mudanças sociais e culturais da comunidade escolar.

Assim, percebemos o quanto se torna importante o estudo do docente no contexto escolar. Outro referencial que nos fez acreditar na relevância deste estudo é Marc Bloch (2002) ao afirmar que são os homens que a história está interessada.

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. (BLOCH, 2002, p. 54)

Assim, ao encontrar fontes de pesquisas históricas como manuscritos e compêndios que foram utilizados no Liceu, em determinado período, surgiram várias indagações que extravasaram a materialidade, pois, de acordo com Bloch (2002), estávamos interessados nos sujeitos envolvidos nestas fontes: Quem foi o autor do livro? Quem era o professor que o utilizava no Liceu? Quem era o diretor na época? Qual relação entre professor e a escolha do livro adotado? O professor de Aritmética utilizava este livro porque o escolheu ou porque era cobrado nos exames de preparatórios? Quem era o examinador? Quem fazia parte do Conselho Superior da Instrução desta época? Por quem o livro foi escolhido? É nesse sentido que o autor diz que mesmo que tenhamos em mãos uma fonte que explicita certas

informações, queremos saber o que está por trás daqueles fatos, quem são os sujeitos históricos envolvidos, como afirma Bloch, a história busca por homens, a história é “a ciência dos homens, no tempo”. (BLOCH, 2002, p.55).

Um referencial de grande relevância no qual nos pautamos para realizar esta reelaboração histórica, não só referente às fontes materiais encontradas, mas, também, à *instituição educacional* Liceu de Goiás, é Demerval Saviani. Este autor nos levou a observar a teia de nexos existente entre os componentes internos de uma instituição e/ou externos, presentes em outras, e o que ela pode nos revelar. Segundo ele, “é a partir do conceito de instituição, de modo geral, e de instituição educativa, em particular, tal como exposto neste texto, nós podemos caracterizar os elementos básicos constitutivos da instituição escolar para efeitos de sua reconstrução histórica”. (SAVIANI, 2009, p.24).

Saviani apresenta, em seu texto, um esquema elaborado por Justino Pereira de Magalhães (2004) para instituições escolares que, de acordo com este autor, envolve três aspectos: “*a materialidade (o instituído); a representação (a institucionalização) e a apropriação (a instituição)*”. (MAGALHÃES APUD SAVIANI, 2009, p.24).

A *materialidade*, como o próprio nome revela, se refere à parte material da instituição, que abrange desde as instalações físicas do estabelecimento de ensino até os materiais didáticos e todo o aparato material necessário às práticas pedagógicas. Temos na materialidade as escolhas que o professor realiza no desenvolvimento de sua aula.

A *representação*, para este autor, é a interpretação dada às funções exercidas pela instituição escolar, denominada por “material-constituído ideal” (SAVIANI, 2009, p.24). Entendemos que este aspecto engloba o modelo de instituição escolar que se deseja constituir, ou seja, o modelo que é idealizado por meio do projeto pedagógico, do regimento, dos estatutos, da missão da instituição. A representação envolve tudo que a instituição planeja desempenhar, é a “aparência que a instituição deseja ter”.

O terceiro aspecto destacado por este autor é a *apropriação*. Mesmo que existam duas instituições e estas tenham a mesma materialidade e representação com bastantes pontos em comum, a apropriação provavelmente será o aspecto que irá revelar a “identidade” da instituição propriamente dita. É o que ela é, e não mais, o que esta desejava ser conforme o aspecto da representação. O autor denomina este último aspecto como *materialidade-conteúdo em ato*. Definida a representação, a instituição depende das pessoas nela envolvidas. Cada pessoa que compõe o público escolar tem uma forma de interpretar estas representações e exercerem suas funções, estabelecendo a identidade da instituição. A apropriação, no nosso entendimento, é a forma como os sujeitos utilizam a materialidade presente na instituição e as

interpretações que estes fazem das diversas representações criadas para mesma. Assim, cada instituição possui características que lhe são próprias, uma espécie de identidade escolar. Dessa maneira, os professores são sujeitos essenciais no estudo da apropriação dos saberes matemáticos de uma instituição.

Vestígios de apropriações da matemática escolar no Liceu de Goiás

Para se pesquisar sobre os professores, é preciso que antes, os identifiquemos. Assim, tornou-se necessário pesquisarmos sobre os 18 professores que passaram pelo cargo de professor de matemática no Liceu de Goiás. Dentre estes, a maioria ficou no cargo por curtos períodos, assim, neste artigo destacaremos aqueles que permaneceram na cadeira por mais de 10 anos. Entre 1856 a 1889, a cadeira de matemática passou por duas crises (BRETAS, 1990) e foi marcada pela passagem de treze professores por ela. A primeira se deu após a aposentadoria de Vicente Moretti Foggia, que por 22 anos foi professor do Liceu, se aposentando em 1868 e a segunda após a saída de Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim que permaneceu por 10 anos no cargo.

Bretas (1990) escreve em seu livro, “História da Instrução Pública em Goiás”, que o professor *Vicente Moretti Foggia*, nasceu em Mântua na Itália, em 1803. Lá cursou o secundário em um Liceu, ingressando em 1820 no curso de Medicina. No entanto, seu curso foi interrompido sendo retomado somente três anos depois. Bretas narra que Foggia, desde a adolescência, fazia parte de uma sociedade secreta, os “Carbonari”, que traduzido para o português significa os “Carvoeiros”.

Segundo o autor, esta sociedade lutava para a unificação da Itália e para libertá-la dos estrangeiros. Em leituras realizadas sobre esta espécie de seita, os Carbonari faziam juramentos entre si, em que entregariam a vida para não delatar informações secretas. Na época em que Foggia cursava medicina algumas revoluções dos Carbonari se difundiram, havendo mortes dos principais líderes da sociedade e várias perseguições. Foggia nesta época se afastou do seu curso de medicina, ou por estar participando ativamente das revoluções ou para fugir das perseguições, motivo não revelado por este autor. O fato é que, nas palavras do autor, Foggia retomou o curso em 1823 e sete anos depois, viajando pela Europa, encontrou com um amigo italiano Angellini Boscelli, que estava na França a negócios e residia no Rio de Janeiro. Boscelli o convida para vir para o Brasil. Ele e mais cinco amigos italianos, vieram para o Brasil no intuito de formar a “sociedade aurífera de mineração”, ou como

afirma o autor, “Sociedade dos Seis Amigos”, onde objetivavam explorar o ouro brasileiro, ou como diziam, “fazer a América”.

Chegando ao Brasil, mais precisamente em Goiás, não encontrando a riqueza esperada, Foggia exerceu com muita competência a função de médico e mais tarde a de cirurgião-mor, nomeado pelo imperador. Segundo Bretas (1991), o professor também realizou ações heróicas, quando na primeira enchente do Rio Vermelho, ao perceber que esta levaria tudo do Hospital de Caridade, onde trabalhava, carregou nos braços cada um dos enfermos levando-os para sua casa.

Saber um pouco mais da história de vida deste professor nos faz ter uma noção de quais eram seus ideais. Assim, nos perguntamos: Como seria a pedagogia deste professor? É provável que suas aulas fossem baseadas no que experienciou no Liceu italiano. Este professor chegou a substituir professores de outras disciplinas que se ausentassem por algum motivo, o que alguns políticos denominavam “professor universal”. Também chegou a exercer o cargo de diretor do Liceu.

Com relação à matemática verificamos que, desde os primeiros anos do Liceu até os anos finais do Império, os compêndios de Aritmética de Eduardo de Sá Pereira de Castro, José Joaquim d’Ávila e de Benedito Ottoni circularam por lá. O primeiro foi verificado por uma lista de pedidos de livros, de 1859 em que consta o pedido de 10 Aritméticas de Sá para 2 de Ottoni. No entanto, mesmo tendo encontrado fontes que revelam a recomendação de Ottoni no ensino em 1884, conforme Correio Oficial, o Colégio Pedro II, já indicava este compêndio desde 1856, época em que prevalecia nos pedidos do Liceu a Aritmética de Eduardo de Sá, um distanciamento em relação às prescrições do Colégio da Corte.

Pelo fato deste professor ter estudado em um Liceu italiano e vir para o Brasil com um sonho de acumular riquezas com a exploração do ouro, é provável que tivesse uma personalidade forte e um espírito aventureiro pelo fato de ter participado ativamente de um grupo de resistência na luta pela unificação de sua pátria. Em 1868 Foggia se aposenta e a cadeira de Geometria entra em um período bastante difícil, chegando a ser extinta quatro anos depois. Neste período treze professores a ocupam até o final do período imperial, alguns por mais de um período. A maioria destes professores eram ex-alunos do Liceu, geralmente militares ou engenheiros, e prestavam serviços na Cidade de Goiás e região. Teria tido ele participação na escolha do livro, mesmo este não sendo recomendado pelo Colégio Pedro II?

Sobre o compêndio de Ottoni, Valente (2007) afirma que este era praticamente uma tradução do livro de Louis Pierre Marie Bourdon. De acordo com este autor, o livro trazia uma “novidade didática” (VALENTE, 2007, P.150), na qual Bourdon dividia a Aritmética em

duas partes, uma que não utilizava expressões literais, outra que fazia o uso de notações algébricas. Como o livro de Ottoni era uma compilação da obra de Bourdon, também a Aritmética encontrava-se neste último com a mesma divisão. Ottoni, de acordo com Valente, acrescentou uma tabela de comparação entre os sistemas métricos inglês e francês (que passou a ser utilizado no Brasil a partir de 1882).

Outro professor que merece destaque é *Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim*, um engenheiro goiano, que regeu a cadeira durante 10 anos. Jardim ensinou matemática gratuitamente durante os três primeiros anos, o que nos leva a pensar que o mesmo tinha gosto pelo ensino desta disciplina. Segundo Bretas (1991), somente a partir de 1879, este passou a receber os vencimentos referentes às aulas de Geometria, pois estas passaram a ser custeadas pelos cofres gerais, responsáveis na época pelo espólio de João Gomes Machado Corumbá¹. Desse modo, este professor poderia receber seus vencimentos dos cofres públicos, pelos serviços prestados como engenheiro e quanto aos vencimentos da cadeira de Geometria, estes seriam pagos por origem particular. O professor Moraes Jardim geralmente contava com eventuais substituições de sua cadeira pelo Capitão Braz Benjamin da Silva Abrantes, devido às missões recebidas como engenheiro.

Neste período as fontes nos revelam que o compêndio “Elementos de Aritmética” de Cristiano Benedito Ottoni, era adotado no Liceu. Por mais que se prescrevia no Colégio Pedro II, modelo de ensino secundário para todas as províncias do Brasil, a Aritmética de Coqueiro e de Manoel Olímpio, o livro circulou quando Jardim era professor. De acordo com Valente (2007) a utilização de Coqueiro representava um “avanço didático” em relação ao compêndio de Ottoni, por trazer ao final dos capítulos, exercícios para os alunos resolver. No entanto, acreditamos que Jardim tenha estudado no compêndio de Ottoni, uma vez que cursou o secundário no Liceu de Goiás e por isso, provavelmente, continuou a utilizá-lo.

Em 1886, tanto o militar Braz Benjamin quanto Moraes Jardim, tiveram que se afastar do cargo para prestarem serviços em outra região. Com o pedido de exoneração de Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, professor interino da cadeira de Aritmética e Geometria, uma nova crise na cadeira de matemática se instaurou e novamente diversos professores ocuparam pelo cargo de professor da cadeira, ou a deixaram vaga até 1894.

O terceiro professor que neste artigo buscamos destacar é *Francisco Ferreira dos Santos Azevedo*, que deixou uma importante contribuição para história da educação matemática goiana. Segundo Bretas (1991), este professor fez seus estudos primários na

¹ João Gomes Machado Corumbá foi a primeira pessoa que se tem notícias de ter ministrado aula de Geometria na Província de Goiás, em 1831. Em seu testamento deixou todos os seus bens em benefício da aula de Geometria, que deveria ocorrer ou na cidade de Santa Cruz e ou na Capital Vila Boa. Ler tese de doutorado de Vieira (2007, p.79).

província goiana e os exames preparatórios no Liceu de Goiás, em que obteve grande destaque, sendo muito elogiado pelos examinadores. Os últimos exames que realizara no Liceu foram de Geografia e Aritmética em 29 e 30 de janeiro de 1894, sendo aprovado em Aritmética “com distinção”. Dentre os examinadores que participaram de seus exames estava Dr. Jerônimo Rodrigues de Moraes, que ocupou o cargo de professor de matemática anteriormente a Ferreira e cursou o secundário no Liceu.

No entanto, Francisco Ferreira Santos de Azevedo preferiu ir para Minas Gerais onde acabou cursando Agrimensura, na Escola de Minas de Ouro Preto. Enquanto trabalhava nos Correios e Telégrafos, Ferreira (como era conhecido) organizou a Carta Geográfica de Goiás, a qual foi sendo elaborada com suas árduas viagens pelo Estado no ano de 1904. Pudemos verificar outros trabalhos do professor, que, no entanto, não conseguimos encontrar todos, como por exemplo, um livro de Filosofia da Matemática, chamado “Considerações sobre as Quantidades Negativas”. Uma nota publicada recentemente em um jornal digital regional informou que

[...] sua mente não conseguia se ater ao raciocínio essencialmente analítico-fragmentário; tendia sempre para o global, para a composição e não para a decomposição. Já nos seus estudos iniciais de álgebra, havia reagido contra a concepção de Descartes, que considerava os números separados em dois grupos - os positivos e os negativos - e onde o zero se constituía em apenas um marco divisório e origem na contagem daqueles números. Para ele, todos os números positivos, negativos e o zero, compunham uma só seqüência contínua que crescia do infinito negativo, passando pelo zero, indo até ao infinito positivo. Nesse sentido veio a publicar importante trabalho de filosofia da matemática, as “Considerações Gerais sobre as Quantidades Negativas”, onde demonstrou cabalmente que a sua concepção era mais racional e adequada que a cartesiana. (Jornal Opção - On Line. Goiânia - 08 a 14 de Janeiro de 2006.)

A nota também informou sobre outros trabalhos deste professor como o artigo “Chronologia” no qual prova que o ano zero, no calendário da era cristã, realmente existiu, contrariando as ideias de Camilo Flamarion. Também se destacou no campo da lingüística, escrevendo o Dicionário Analógico da Língua Portuguesa (Ideias Afins), que conseguimos ter acesso. Segundo a matéria deste Jornal, o professor geralmente não conseguia ater ao tema programado, durante as aulas “fazia sempre com seus alunos agradáveis passeios pelos campos do conhecimento humano”. Há informações de que as obras deste professor não se esgotam nestas aqui apresentadas. Esta é uma característica que este tinha em comum com Foggia, o conhecimento vasto em outras disciplinas.

A partir de 1907, Ferreira passou a ensinar diversas disciplinas no Liceu de Goiás, entre as quais destacamos Mecânica, Astronomia e Matemática. O companheiro de disciplina,

Sebastião Ferreira Rios assumiu, em 1908, uma das cadeiras destinadas à matemática, a qual até 1913 apresentou uma grande rotatividade de professores. Em 1913, Ferreira se tornou professor vitalício de uma das cadeiras de matemática e Sebastião F. Rios da outra. Até 1918, Ferreira continuava ocupando as cadeiras em que tinha vitaliciedade, a de Geografia e a de Matemática. Ferreira também cumpriu sua tarefa, como diretor, de 1921 a 1929. Este professor ocupou o cargo de direção do Liceu até o momento em que a Escola Normal se desanexou desta instituição ficando este professor apenas na liderança da Escola Normal de 1929 até 1937 quando o Liceu é “transferido” para nova capital do Estado, Goiânia.

Observamos que tanto Ferreira, quanto Foggia, exerceram o cargo de direção, ministraram aulas de Geografia e realizaram substituições de professores que, por algum motivo se ausentassem. Ferreira nos revelou por meio de uma publicação em uma seção pedagógica do Correio Oficial, publicado em 1930, ter bastante *preocupação didática* com relação às definições de alguns conteúdos presentes nos livros, quanto com o aprendizado do aluno. (Figura 1). Este professor também publicava notas de alunos no principal jornal da cidade e ainda havia um espaço neste, denominado “banco de honra”, em que publicava o nome e alunos com as melhores notas.



Figura 1 – Trecho do artigo do professor Ferreira criticando a forma que a teoria da multiplicação vem explicada em determinados compêndios. Fonte: Suplemento Correio Oficial- Seção Pedagógica – 6 de maio de 1930 – Arquivo Histórico Estadual – Goiânia- GO

No trecho do artigo acima, Figura 1, Ferreira inicia com uma crítica à forma com que alguns livros apresentam a definição da Teoria da Multiplicação, trazendo-a em capítulo extenso, definindo-a de várias maneiras, apresentando-a como uma definição, ou o que o

autor denominava “teoria especial”. Depois critica algumas delas, especialmente a que afirma ser a multiplicação “*uma operação que tem por fim repetir um número tantas vezes quantas forem as unidades do outro*”. Segundo Ferreira, seria difícil alguém afirmar que $8+8+8+8 = 32$ fosse uma multiplicação. O autor afirma que a função da multiplicação é justamente evitar que se repita “*um número tantas vezes quantas forem as unidades do outro*”.

Outra definição que o autor critica, afirmando ser um mal aos alunos de Aritmética é aquela que traz a multiplicação como “*a operação que tem por fim, dados dous números, achar um terceiro derivado do primeiro, assim como o segundo deriva da unidade*”. De acordo com o professor Ferreira, isto deixa o aluno pensar que a multiplicação somente fosse útil para o caso do aluno precisar encontrar este número “*que deriva-se do primeiro, assim com o segundo derivou-se da unidade*”.

O professor afirma que a multiplicação “*é apenas um processo abreviado para somar parcelas idênticas e nada mais*”. Logo depois, escreve sobre a tabuada (tábuas) como uma exposição simplificada deste processo rápido de se somar parcelas iguais.

Isto mostra que este professor tinha uma preocupação didática com relação à maneira que muitos autores de livros ensinavam a multiplicação aos alunos. Neste trecho do jornal, Ferreira deixa claro que observou outros compêndios antes de colocar sua opinião. É provável que devido à sua preocupação didática com os métodos e modos de ensino, tenha ministrado aulas, além do Liceu, na Escola Normal e no Curso Anexo² desta e após 1929, a se tornar professor apenas da Escola Normal e depois diretor, quando esta já não se achava mais anexa ao Liceu.

Por ter sido professor e ex-aluno do Liceu (décimo nono aluno a ser matriculado, conforme Livro de Matrículas do Liceu do ano de 1893) e ter estudado neste compêndio, encontramos vestígios que este utilizava a Aritmética de Vianna. Mesmo estando equiparado³ ao Colégio Pedro II, as fontes nos mostraram que o Liceu, até 1928, não estava utilizando os compêndios indicados pelos programas de ensino desta instituição: a Aritmética de Euclides Roxo e ainda o livro, “Questões de Aritmética” de Cecil Thiré e “Exercícios de Aritmética” por H. Costa, E. Roxo e O. Castro. (BELTRAME, 2000) de forma que um distanciamento se

² Neste curso, anexado à Escola Normal, os alunos poderiam colocar em prática os ensinamentos que recebiam na mesma, havendo uma sala para meninos e uma para meninas, de responsabilidade de um professor e uma professora, respectivamente. Este seria o embrião para o surgimento dos primeiros grupos escolares.

³ O artigo 370 do Decreto 3.890, de 1º de Janeiro de 1901 determina que os “institutos equiparados terão o direito de conferir aos seus alunos o grau que concedem os estabelecimentos federais, uma vez que eles tenham obtido as aprovações exigidas pelos regulamentos destes para a obtenção dos mesmos graus”. Para saber mais sobre o decreto de equiparação acesse www2.camara.gov.br.

evidencia entre o que era proposto pelo Colégio Pedro II e o que circulava no Liceu de Goiás. Assim, surge um questionamento, seria este o motivo que o fazia continuar utilizando este livro em suas aulas do Liceu ou se tratava da preocupação didática deste professor no ensino dos conteúdos? Esta e outras são questões que ainda persistem e que somente serão respondidas após o encontro de pesquisadores com novas fontes de pesquisa.

Considerações Finais

Dos professores analisados, observamos que alguns deles adotaram os livros de matemática indicados pelos programas de ensino do Colégio Pedro II, como Vicente Moretti Foggia e Joaquim Feliciano Primo Jardim, já outros, como Ferreira e o seu antecessor, Jerônimo Rodrigues de Moraes, mesmo pertencendo a um período que o Liceu era equiparado ao Colégio Pedro II, um grande distanciamento entre Liceu e este Colégio se verifica. Isto confirma que a maneira como saberes matemáticos circulam e são apropriados dependem da figura do professor, pois é ele que transforma em ensino o que leis e programas de ensino impõem à escola, conforme suas apropriações. Assim, mesmo com fontes escassas, conhecer os professores da instituição que pesquisamos nos auxiliou a consolidar representações sobre a matemática que se constituía e se colocava disponível ao ensino em Goiás, contribuindo de uma forma mais ampla com a história da matemática escolar no Brasil.

REFERÊNCIAS

ATAS de Exames do Liceu de Goiás– Arquivo Histórico Estadual , Goiânia- GO. Manuscrito.

BELTRAME, Josilene. *Os programas de matemática do Colégio Pedro II: 1837-1932. (Dissertação de Mestrado)*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

BLOCH, M. (2001) **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. DECRETO 3.890, de 1º de Janeiro de 1901. Approva o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Rio de Janeiro. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

BRETAS, Genesco F. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia, CEGRAF/UFG. 1991

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Porto Alegre: *Teoria e Educação*, n. 2, 1990.

CORREIO OFICIAL. Cidade de Goiás, 06 maio 1930.

JORNAL OPÇÃO - ON LINE Goiânia, GO- 08 a 14 de Janeiro de 2006. Disponível em: <www.jornalopcao.com.br>. Acessado em 25 de novembro de 2010.

LIVRO de Matrículas de Alunos do Liceu de Goiás – Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás –GO. Manuscrito.

MAPAS de Frequências do Liceu de Goiás – Arquivo Histórico Estadual – Goiânia – GO. Manuscrito.

MEMÓRIA Histórica do Liceu de Goiás – Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás – GO. Manuscrito.

OTTONI, Cristiano Benedito. **Elementos de Aritmética**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, s/d.

RELATÓRIOS Oficiais dos Presidentes das Províncias - Império e República. Goiás: 1830-1930. Disponível em: <http://www.crl.edu.br>. Acesso em 11/11/2010

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia e Política Educacional no Império Brasileiro** Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação , p.5375-5376, 2006 Acesso em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/489DermevalSaviani.pdf>.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil: 1730-1930**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2ª Ed, 2007.

_____. História da Educação Matemática: considerações sobre suas potencialidades na formação do professor de matemática. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 23, nº 35A, p. 123 a 136, abril 2010.

VIANNA, João José Luiz. **Elementos de Aritmética**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. s/d.

VIEIRA, V.D. **Goyaz, Século XIX: As Matemáticas e as Mudanças das Práticas Sociais de Ensino**. Tese de doutorado. Unesp – Rio Claro – SP. 2007.